ACTA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Aos Dezassete do mês de Dezembro do ano de Dois Mil e Dez, pelas dezoito horas, reuniu-se na Assembleia Municipal de Mondim de Basto o Órgão deliberativo deste Município. ----------

Faltaram à presente sessão os Deputados Municipais: Maria Laura Esperança Ínsua Pereira, Jorge Rabiço da Costa e João Armando Saraiva Pereira de Almeida. Estes Deputados apresentaram as devidas justificações, tendo a Mesa deliberado justificar estas faltas. Estes Deputados, impossibilitados de comparecerem a esta sessão da Assembleia Municipal, requereram a sua substituição, nos termos das disposições combinadas nos artigos 78° n°1 e n°2 e 79° n° 1 da Lei n° 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pelos cidadãos imediatamente a seguir nas listas do Partido Socialista: Carlos Filipe Meireles Macedo, Artur Jorge Silva Miguel e Amílcar Carvalho Silva. ----------

PRESENÇAS: ----------

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.° 48° da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. ----------

ABERTURA DA REUNIÃO. ----------

Face à ausência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, o Deputado José Francisco Teixeira Lopes, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, substituiu-a, tendo designado, interinamente e para esta reunião, a Deputada Maria Fernanda Lemos Cunha para desempenhar as funções de Primeira Secretária da Mesa da Assembleia, e o Deputado José Joaquim

Ribeiro Pereira Afonso para desempenhar as funções de Segundo Secretário da Mesa da Assembleia. ----------

Pelas dezoito horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. ----------

1- Antes da ordem do dia ----------

1.1- Assuntos gerais de interesse para o município. ----------

O Deputado João Alarcão apresentou dois votos de pesar que a seguir se transcrevem. O primeiro diz o seguinte: «*A Comissão Política do CDS-PP, os seus Vereadores, e o seu Grupo Municipal na Assembleia Municipal lamentam o desaparecimento do grande comunicador, jornalista e homem de Cultura que foi Carlos Pinto Coelho com profundas raízes familiares no nosso concelho. O jornalismo independente e isento em Portugal sofreu uma perda irreparável pelo que nos será permitido dizer que o país ficou mais pobre. Deste nosso sentimento tem dado conta as mais prestigiadas figuras da cultura nacional. Gostaríamos de propor um voto de pesar pelo seu súbito desaparecimento e que o mesmo seja endereçado à Família Pinto Coelho como sentida homenagem pelo seu constante esforço na dignificação da informação e da divulgação da cultura*». O segundo voto de pesar diz o seguinte: «*A Comissão Política do CDS-PP, os seus Vereadores, e o seu Grupo Municipal na Assembleia Municipal lamentam o desaparecimento do senhor Nuno Palmeira, recentemente falecido, depois de, muito justamente, ter recebido a Medalha de Ouro deste Concelho numa homenagem proposta pelo actual executivo. A generalizada aderência que esta louvável iniciativa teve da parte da população espelha bem quanto era querido dela, e quanto saliente foi a sua actividade profissional ao longo dos 100 anos de vida que completou. O Senhor Nuno Palmeira foi um exemplo de homem de trabalho que soube dignificar a sua profissão, permitindo á comunidade guardar uma memória futura da vida do concelho. Gostaríamos assim de propor um voto de pesar pelo seu desaparecimento e que o mesmo seja endereçado á sua família, homenageando na sua pessoa todos aqueles que souberam dignificar a sua profissão*». De seguida, o Deputado congratulou-se por ter sido colocada a placa

de Ponte d'Olo, questão que tinha sido levantada pelo Vereador Lúcio Machado. ----------

O Deputado Bruno de Moura Ferreira, na qualidade de representante da CIM do Ave deixou algumas sugestões aos membros da Assembleia Municipal. Questionou o Executivo Camarário, no âmbito do projecto aprovado, o SAMA, sobre qual o desenvolvimento do projecto e o que tinha sido feito. ----------

O Deputado Fernando Gomes tomou o uso da palavra e interrogou o Senhor Presidente da Câmara sobre a situação de um terreno na Senhora da Piedade, questão que se arrasta há vários anos, e já abordada em reuniões anteriores. Lamentou que a placa para a Sobreira ainda não tenha sido colocada. Realçou que a falta de toponímia dificulta o trabalho dos carteiros e até mesmo o trabalho de urgência do INEM que, sem esta placa, não sabe onde fica Sobreira. Alertou para outra situação muito reclamada pelos encarregados de educação relativamente ao Centro Escolar. Considera que este é um projecto que já nasceu torto mas que este Executivo não pode ficar alheio aos seus problemas. Acrescentou que existem várias falhas graves, nomeadamente no que respeita à segurança das crianças, pela falta de gradeamentos, que o centro escolar tem uma péssima sonorização, provocando danos aos professores, aos funcionários e aos alunos. A seu ver, entende que houve uma precipitação muito grande na inauguração deste Centro Escolar e considera que o Executivo deveria ter tido mais cautela. O Deputado chamou a atenção para a falta de um fecho de anti-pânico nas portas de saída. Considera que existem várias falhas e que é urgente que elas sejam repostas no segundo período lectivo. ----------

O Deputado Artur Jorge Silva Miguel justificou a sua intervenção no sentido de se centralizar essencialmente sobre algumas críticas que têm vindo a público na comunicação social, esperando que sejam apenas um alerta para a

população. Reconheceu a existência da falta de médicos em Mondim de Basto, situação que tem tendência a agravar-se, e a existência de algumas deficiências em relação ao Centro de Saúde, mas considera que não se pode colocar a responsabilidade sobre a bancada socialista. Afirmou que a posição do Partido Socialista vai exactamente no sentido de antecipar alguns dos problemas que poderão surgir relativamente aos cuidados de saúde no Concelho. O Deputado lançou um repto ao Senhor Presidente da Câmara no sentido de iniciar os contactos, esperando a apresentação de algumas soluções para esta situação. ----------

A Deputada Aurora Peixoto e Pereira iniciou a sua intervenção reforçando o que o Senhor Presidente da Junta de Mondim de Basto afirmou anteriormente relativamente à segurança do Centro Escolar. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre as intenções do Executivo relativamente às obras que poderão ser levadas a cabo no Centro Escolar. Afirmou que era do interesse de todos que a segurança das crianças fosse uma prioridade. Sugeriu, no âmbito das obras a levar a cabo, a criação de um espaço coberto equipado com alguns equipamentos, como por exemplo uma mesa de pingue-pongue ou uns matraquilhos. A Deputada referiu igualmente a questão do ruído que provém de alguns bares e referiu que sabia da existência de vários autos da GNR enviados para a Câmara relativamente a este assunto, pelo que questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente a uma afirmação feita por ele na reunião anterior e passou a ler: *«Quanto à questão do ruído dos bares informou que não tinha chegado à Câmara nenhuma queixa formal, nem da parte da GNR, nem da parte dos munícipes»*. Solicitou esclarecimentos sobre esta questão. -

De seguida o Deputado Fernando Avelino Silva fez a sua intervenção manifestando uma preocupação que é de todos e que diz respeito à saúde e que vem sendo tipificada desde o mês de Agosto, tendo sido esclarecido sobre alguns dos problemas do Centro de Saúde. Sugeriu que, tendo em conta que

Mondim de Basto necessita de mais dois médicos, se investisse nesse sentido criando condições aliciantes para que os médicos se fixem no Concelho de modo a melhorarem os cuidados de saúde. Abordou também uma questão recorrente que se prende com as dificuldades que alguns moradores sentem derivadas dos espaços nocturnos, referindo que os membros são frequentemente interpelados por esses moradores a reclamarem do ruído. O CDS-PP defende que, relativamente a esta situação, nada os move contra os bares mas consideram que esta actividade não pode provocar prejuízos. Interrogou o Executivo sobre quais as medidas que pensa tomar relativamente a essas queixas. Quanto ao artigo de jornal que refere que os Vereadores do CDS-PP se mostraram insensíveis no que respeita ao jantar de Natal dos idosos, o Deputado afirmou que ninguém pôs em causa o jantar de Natal, sendo todos sensíveis para com os idosos. O que aconteceu é que não é aceitável nem credível que um jantar para seiscentas pessoas totalizasse o valor de quinhentos Euros. Referiu que a Autarquia não pode ter uma atitude de face, aos problemas financeiros, estar sempre a falar deles e depois desenvolver toda uma série de actividades. Considera que existem medidas que devem ser desenvolvidas todo o ano para fazer face aos problemas dos idosos e que a aposta do CDS-PP vai no sentido da criação do Cartão do Idoso, adoptando medidas que resolvam os problemas dos idosos. ----------

O Deputado Luís Sabino de Moura usou da palavra para relembrar que Mondim continua sem água em grande parte do Concelho. Referiu que o Orçamento contempla a colocação de contadores mas acrescentou que é necessário que a Câmara Municipal assuma que vai levar a água a todo o Concelho, pois só com honestidade se conseguirá resolver este problema. -----

O Deputado Carlos Filipe Meireles Macedo iniciou a sua intervenção referindo-se ao Centro Escolar e deixando uma mensagem de insatisfação relativamente a algumas notícias que foram publicadas na comunicação social

que, na sua opinião, apenas servem para retirar dividendos políticos. Considera que tem sido feito um esforço financeiro para colmatar todas as anomalias detectadas, e referiu a título de exemplos os muros de suporte, os quadros interactivos. Apelou a que fosse tomada alguma contenção nas afirmações pois a Autarquia tem desenvolvido todos os esforços para resolver os problemas do Centro Escolar. ----------

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dar resposta às questões colocadas pelos Senhores Deputados tendo começado pelas questões de carácter uma vez que lhe parece que a Deputada Aurora Peixoto e Pereira recorrentemente põe à prova a sua honestidade. Para esclarecimento do público afirmou que o único ofício da GNR enviado para a Câmara, neste mandato, tem a data de 9 de Novembro de 2010, pelo que, na Assembleia realizada a 29 de Setembro, não tinha conhecimento de nenhum ofício. Congratulou e juntou-se aos votos de pesar, agradecendo o Deputado João Alarcão por estes votos. Para responder ao Deputado Fernando Gomes quanto à questão da placa, admitiu que era um assunto que se arrastava há algum tempo, mas pediu paciência para a sua resolução pelo facto de existirem muitos problemas por resolver, sendo alguns de carácter urgente (intempérie, gelo, ...). Relativamente às questões levantadas acerca do Centro Escolar, afirmou que os paralelos soltos resultavam de uma situação que tem a ver com o empreiteiro que realizou este trabalho. Realçou que iria averiguar se estavam a ser acauteladas as questões de segurança. Quanto ao problema da alimentação e à forma como este foi apresentado, referiu que a alimentação não é mal servida nem em quantidade, nem em qualidade. Se alguns encarregados de educação optaram por retirar os meninos da cantina talvez seja por eles comerem mal, não pelo facto de a comida não ser adequada. Relembrou que o funcionamento do Centro Escolar é da exclusiva responsabilidade do Agrupamento, salientando que

tinha total confiança na Direcção do Agrupamento e no Coordenador do Centro Escolar, que tem trabalhado para que o Centro Escolar corresponda às expectativas dos pais. Quanto à questão da segurança relembrou também que este Centro Escolar não foi iniciado neste mandato e que o Executivo anterior nada tinha feito para resolver a situação pelo que as grades que faltam não estavam previstas no projecto, sendo que o actual Executivo gastou perto de 40.000 Euros para gradeamento. Quanto à vistoria efectuada ao Centro Escolar, esta não foi feita por técnicos da Câmara, mas sim pela Direcção Regional da Educação e pelo Comandante dos Bombeiros. De facto alguns muros são elevados, razão pela qual este Executivo considerou que a fim de ser assegurada a segurança das crianças se deveriam colocar grades, reafirmando que o Executivo faz aquilo que pode dentro dos prazos que tem. Lamentou que por um lado o Executivo tente tranquilizar os encarregados de educação e que por outro apareçam notícias na comunicação social. Considera legítima a preocupação dos pais mas acha inadmissível que se tire partido desta situação para ganhar votos. Lançou um apelo para que todos, sem excepções, possam contribuir para a solução pois todos têm o dever de contribuir para a qualidade do Centro Escolar, e para que não se faça do Centro Escolar uma luta política pois isso não resolverá nada. Reconheceu a falta de um espaço coberto no Centro Escolar, estando-se a analisar uma área do exterior para aplicação de um coberto, que até poderá vir a servir de cais de embarque para os autocarros. Relativamente à questão do Centro de Saúde, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que estavam todos preocupados com esta questão: havia seis médicos, um deles pediu a reforma, outro médico, de origem espanhola, regressou às suas origens, dois médicos são casados pelo que têm o direito de tirar férias juntos, pelo que sobram dois médicos, sendo esta a realidade do Centro de Saúde em Agosto. Realçou que tinha promovido uma reunião com o Director da Saúde em que estiveram presentes os

Presidentes de Juntas de Freguesia, os Vereadores e os representantes de cada partido. Informou que estava aberto o concurso para o preenchimento de uma vaga no Centro de Saúde. Relativamente à nota prestada à comunicação social, explicou que esta era genérica e que apenas dizia que, este ano, o Executivo não iria realizar o almoço de Natal e qual a razão, respeitando a opinião dos vereadores mas não concordando com ela. Quanto a questão da água levantada, considera não ser verdade que não haja água no Concelho, havendo sim problemas de água no verão, e que esta era uma questão que preocupa não só o Executivo mas também os Presidentes de Juntas de Freguesias. ----------

A Deputada Aurora Peixoto e Pereira usou da palavra para congratular o Senhor Presidente da Câmara pelas características de honestidade e transparência e referiu que, também ela, partilhava essas características. Em relação ao ruído dos bares e às datas considera que um Presidente de Câmara tem obrigação de conhecer o histórico. Lamentou que sempre que se faça uma intervenção essa mesma seja assimilada com uma acusação pois esse não é o caso e porque este Concelho é de todos nós. No que respeita ao Centro Escolar, a Deputada compreende que a sua gestão seja exclusivamente do Agrupamento Escolar mas que é do conhecimento público que não há órgão nenhum do Concelho que não funcione sem o apoio e o financiamento da Câmara. Existe uma cooperação dupla. Em relação às condições de segurança considera que isto de apurar a responsabilidade é interessante mas que é uma mera formalidade pois a segurança é da responsabilidade de todos nós e, neste momento, considera que é do Executivo que está a gerir a Câmara de todos os Mondinenses. Terminou deixando uma sugestão ao Senhor Presidente da Câmara no sentido de que as intervenções dos deputados e as questões colocadas não fossem vistas como uma guerra, apelando novamente à questão da transparência e ao facto de que as pessoas têm que ser esclarecidas. ---------

O Deputado Fernando Gomes usou da palavra para esclarecer que não punha em causa o funcionamento do Centro Escolar mas sim a segurança das crianças. Acrescentou que também não referiu que tivessem sido os técnicos da Câmara que realizaram a vistoria mas que tinha sido o próprio Comandante dos Bombeiros que lhe dissera, no dia da inauguração, que o sistema de evacuação do prédio era extremamente difícil. Referiu que não estavam na Assembleias para fazer acusações nem para pôr em causa a honestidade das pessoas mas considera que é preciso ter coerência. Acrescentou que quando o Senhor Presidente da Câmara estava na oposição, ambos tinha dado uma volta pelo Concelho e elaborado um relatório extensivo com todas as falhas graves verificadas nas escolas do Concelho e que também, na altura, pôs os pais em preocupação. Considera que o Senhor Presidente da Câmara esquece que a oposição está a fazer o mesmo papel que ele próprio fazia quando estava do outro lado. Relembrou que é preciso ter coerência quando se diz que se fazem ataques e os mesmos foram feitos no mandato anterior. ----------

De seguida usou da palavra a Deputada Maria Manuel Ferreira Martins para fazer uma ligeira correcção às palavras do Deputado Carlos Filipe Meireles Macedo e do Senhor Presidente da Câmara. Os deputados entendem os esforços e as obras que este Executivo tem desenvolvido para a resolução dos problemas do Centro Escolar, chamando a atenção para o facto de que ninguém culpou o Executivo das referidas falhas e que os Deputados apenas vêm manifestar as preocupações dos encarregados de educação pois esse é o seu papel e obrigação. ----------

O Deputado Luís Sabino de Moura referiu que a sua intervenção era novamente a questão da água e que tinha consciência da enorme dificuldade financeira da Câmara para resolver o problema mas que a questão da água é uma prioridade básica. Fez um apelo no sentido de sensibilizar a Assembleia e a Câmara Municipal para este problema pois considera fundamental que as

pessoas tenham direitos iguais e que Mondim de Basto tem um problema sério de igualdade de oportunidades. Existem freguesias no Concelho que não têm contadores pelo que há pessoas que nunca têm água e que este problema se arrasta há mais de trinta anos. E por esta ser uma competência da Câmara, o Deputado deixou um apelo para que a Câmara encarasse este problema como uma necessidade elementar e sugeriu que poderiam ser os próprios funcionários da Autarquia a colocar os contadores, fazendo uma boa gestão que provocará uma melhoria significativa. ----------

De seguida o Deputado Bruno Ferreira de Moura questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente ao Centro de Saúde se no seu dossier jornalístico constava o artigo onde a Câmara Municipal se congratula com o alargamento de horário de centro de saúde que no fundo coincide com o regresso de férias dos dois médicos. Considera que falar de demagogia quando é a própria Autarquia que o faz de forma pública fica um bocado mal. ---------

Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação os votos de pesar apresentados pelo Deputado João Alarcão que foram aprovados por unanimidade. ----------

2.1- Aprovação da Acta da Reunião de 29 de Setembro de 2010 ----------

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a acta da reunião de 29 de Setembro de 2010, tendo sido aprovada com catorze votos a favor e seis abstenções. ----------

2.2- Ratificação da designação do Deputado Luís Sabino de Moura para representar a Assembleia Municipal na CCDR-N ----------

O Deputado João Alarcão usou da palavra em nome do grupo parlamentar do CDS-PP dizendo que relativamente a este ponto se oferecia dizer o seguinte. A Assembleia não pode colaborar numa ilegalidade que vem de raiz. A Assembleia não pode ratificar aquilo que não é possível fazer. O Grupo aprova sem qualquer dúvida a nomeação do deputado Luís Sabino de Moura

considerando que tem competências para o desempenho do cargo mas considera que a nomeação não poderia ter sido feita pelo Executivo mas sim pela Assembleia Municipal. Como tal, aprovam mas não ratificam uma decisão anterior à nomeação do Deputado Luís Sabino de Moura mas, para não criar outros problemas de natureza administrativa, ratificam os actos por ele praticados como representante desta Assembleia Municipal na CCDR-N uma vez que já participou numa reunião, ainda que lamentem que a sua indicação e o pedido de ratificação não venha acompanhado de uma proposta.

O Senhor Presidente da Câmara pediu o uso da palavra para esclarecer que essa era uma reunião em que estava previsto um representante da Assembleia Municipal e que, pela informação que tinha, a Senhora Presidente da Assembleia teria solicitado aos serviços da Câmara que contactassem os diferentes partidos políticos a fim de se encontrar uma solução que recaiu na designação do Deputado Luís Sabino de Moura. Realçou que não foi o Executivo Camarário que o nomeou. ----------

O Deputado Luís Sabino de Moura solicitou que ficasse registado em acta que se ia ausentar da sala. ----------

O Deputado Fernando Avelino Silva usou da palavra para dizer que não era possível ratificar a decisão sendo necessário haver uma proposta. Esclareceu que ele é que tinha recebido o telefonema enquanto líder parlamentar, tendo encaminhado o solicitado aos seus colegas de bancada por e-mail, desconhecendo a ilegalidade do acto e tendo, a posteriori, dado a indicação da disponibilidade do Deputado Luís Sabino de Moura. ----------

O Presidente da Mesa fez uma intervenção para explicar que não foi a Câmara que nomeou o Senhor Luís Sabino de Moura, tendo sim havido um contacto com os responsáveis dos grupos parlamentares uma vez que não havia tempo para a realização de uma Assembleia Extraordinária. Não havendo ninguém disponível das outras bancadas para participar nessa

reunião, o Deputado Luís Sabino de Mouro disponibilizou-se para fazer parte dessa reunião. Portanto houve um acordo com os três responsáveis dos grupos parlamentares. Para terminar, leu o Despacho de Representação do Deputados Luís Sabino de Moura na CCDR-N, assinado pela Presidente da Assembleia, Laura Esperança Ínsua Pereira. ----------

Tendo em conta que permaneciam dúvidas no seio do Grupo do CDS-PP, o Senhor Presidente da Mesa solicitou que o Chefe da Divisão Jurídica prestasse esclarecimentos mais técnicos. ----------

O Chefe da Divisão Jurídica referiu que este acto administrativo é um acto que neste momento está aferido de incompetência porque a competência é da Assembleia Municipal e que a Lei diz que quando há situações de incompetência, estas são sanáveis por um acto de ratificação pelo órgão que deveria proferir a decisão. Logo, se esta Assembleia ratificar a decisão da Senhora Presidente da Assembleia, o vício de incompetência fica sanado. Acrescentou que esta matéria estava prevista no Código de Procedimento Administrativo. Há uma nomeação que já ocorreu, essa pessoa já praticou actos, daí a necessidade de ratificação desses actos. ----------

Não havendo consenso relativamente a este assunto, o Senhor Presidente da Mesa decidiu que este ponto passaria para a próxima Assembleia, já com parecer jurídico sobre a matéria. ----------

2.3- Ratificação de decisão de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2011 ----------

O Deputado João Alarcão usou da palavra para dizer que o grupo do CDS-PP entende que não é possível ratificar neste momento uma situação como esta que aqui consta por uma razão e lembrou que, na primeira ou segunda reunião desta Assembleia no início do mandato, essa mesma proposta foi feita no próprio dia da data limite de entrega da taxa do IMI na Direcção Geral dos Impostos. Ora consideram que a taxa do IMI deve ser definida a tempo, não

se entendendo que tendo havido uma reunião do Executivo Camarário a 8 de Novembro não tenha sido possível realizar uma assembleia para em devido tempo se cumprir a Lei. Se há uma ordem de razões extraordinárias que impediu a realização dessa assembleia ela não pode anular aquilo que a Lei determina: a aprovação em Assembleia Municipal. Acrescentou que, não tendo sido, a Lei também era clara quanto a isso e estipulava que nesse caso ficariam a vigorar as taxas mínimas. Como tal, em nome da transparência que os actos devem ter na Administração Pública, não podem votar esta proposta e que esta não pode ser colocada à votação. ----------

O Senhor Presidente da Câmara lamentou o facto de estarem a discutir termos e explicou que aquilo que aconteceu foi que houve uma falha dos serviços da Câmara e que ele respondia por essa falha. Informou que esta decisão da Câmara tinha que estar inscrita na plataforma da Direcção Geral das Finanças até ao dia 30 de Novembro. Pareceu-lhe que a solução encontrada era razoável, tendo sido consultados todos os grupos parlamentares no sentido de averiguar se havia algum inconveniente em a Câmara introduzir os valores na plataforma sendo depois ratificados em Assembleia, sendo os valores os mesmos que o Município apresentou no ano anterior. Realçou que decisão da Assembleia podia prejudicar financeiramente a actividade da Câmara. ----------

O Deputado Bruno Ferreira de Moura fez a sua intervenção no sentido de dizer que, se no ano passado o facto de terem marcado uma reunião extraordinária para o último dia de entrega desses dados teve o ónus de se tratar do primeiro ano de mandato, desta vez a questão não se coloca. Considera que fazer chantagem com a situação económica e financeira da Autarquia não funciona, não podendo prevalecer a chantagem sobre a soberania de um órgão como a Assembleia Municipal e não pode prevalecer sobre a Lei que assiste. Referiu que o facto de os deputados não poderem

ratificar esta alteração também já era do conhecimento do Executivo por já ter sido posta em causa no ano anterior. Terminou dizendo que nas competências da Assembleia Municipal não encontrava nenhuma que fosse ratificação pelo que não sabia se estavam a fazer algo que não era das suas responsabilidades. -

O Deputado Fernando Gomes usou da palavra para subscrever as palavras do Deputado Bruno Ferreira de Moura, afirmando que não se podem tratar na Assembleia assuntos de tão grande responsabilidade apenas na base da boa fé. Considera que se for adoptada uma posição de ratificação estarão a cometer uma legalidade do órgão e que não podem entrar em esquemas. Lamentou a situação mas o facto é que a Câmara falhou pelo que tem que sofrer as consequências. ----------

O Deputado João Alarcão fez a sua intervenção no sentido de clarificar que a responsabilidade da diminuição de receitas nesta área para o Município não lhes podia ser imputada pela simples razão de que a solução possível não pode existir porque não é legal. Em termos de responsabilização, os membros da Assembleia são individualmente responsabilizáveis pelas decisões tomadas em Assembleia. ----------

O Deputado Luís Sabino de Moura manifestou que a sua posição sobre a questão do IMI era conhecida e que no ano passado se tinha colocado a mesma questão. Compreende que a Câmara irá receber menos dinheiro mas muitos cidadãos do Concelho irão pagar menos o que considera ser um bom principio pois a Câmara deve beneficiar os habitantes do Concelho. ----------

O Deputado Fernando Avelino Silva clarificou que considerava que o problema se colocava ao nível da Mesa e não dos Deputados. Explicou que tinha sido informado da situação por telefone, tendo encaminhado por e-mail aos seus colegas, tendo numa fase posterior debatido e analisado o assunto. Acrescentou que aceitariam perfeitamente a questão dos valores que são colocados no IMI mas interrogou a Mesa no sentido de saber se esta se sentia

confortável em tomar essa decisão e se a consegue suportar de uma forma jurídica sabendo que está a cometer uma irregularidade. ----------

Foi solicitada a intervenção do jurista da Câmara que esclareceu que se tratava de uma ratificação, tendo um órgão incompetente comunicado uma taxa mas que, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, desde que ratificado não representaria nenhum problema. O facto de a Lei dizer que a taxa do IMI deve ser participada às Finanças até 30 de Novembro não quer dizer que ela entra em vigor nessa data, só entrando em vigor a 1 de Janeiro de 2011 e não havendo efeitos retroactivos, isso sim seria ilegal. Trata-se apenas de uma questão burocrática das Finanças. Para terminar, leu o artigo nº 137, nº 3 e nº4 do Código do Procedimento Administrativo. ----------

O Deputado Joaquim Augusto Silva Pereira usou da palavra para dizer que lhe parecia que o que se estava a discutir não alterava em nada as receitas do ano anterior. No entanto, sendo a Câmara penalizada em 120.000 Euros, parece-lhe que esse dinheiro irá fazer falta ao Município que aprovou um orçamento com os Presidentes de Junta que têm algumas obras previstas e que com certeza seriam realizadas com parte dessa verba. Sugeriu que se isto não está aferido de Lei se colocasse de imediato a questão à votação, manifestando que votava a favor. ----------

Não havendo mais intervenções relativamente a esta questão, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a Ratificação de decisão de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2011tendo sido aprovada com doze votos a favor, seis abstenções e cinco votos contra.

O Deputado João Alarcão fez uma declaração de voto no sentido de dizer que a Câmara Municipal não tem competência para aprovar assuntos que são da competência da Assembleia Municipal e depois submetê-los para sua ratificação. A Administração Pública deve pautar a sua actuação atendendo ao princípio da legalidade, ou seja, só pode praticar actos que estejam legalmente

previstos. A aprovação das taxas do IMI é uma competência própria da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara. Assim sendo, a comunicação que foi feita para a Direcção Geral dos Impostos é nula por falta de deliberação do órgão competente até à data imposta, aplicando-se nestas situações as taxas mínimas. ----------

O Deputado Bruno Ferreira de Moura fez uma declaração de voto no sentido de dizer que relativamente a esta questão havia duas áreas distintas: uma que se prendia com a moralidade do acto e outra com a parte processual. No que diz respeito à moralidade, referiu que já tinha manifestado a sua opinião na votação anterior. No que respeita à parte processual, não pôde deixar de se abster nesta votação. ----------

2.4- Participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Mondim de Basto ----------

O Deputado Bruno Ferreira de Mora usou da palavra para dizer que estava aqui designado o desfecho de 50 % desta verba na questão do emprego e informou que iria submeter um requerimento no sentido de solicitar um relatório de actividades desenvolvidas: que formações foram realizadas, quem frequentou e quais as consequências em termos de emprego. ----------

O Deputado Carlos Filipe Meireles Macedo manifestou todo o seu apoio a esta proposta por considerar que é do conhecimento de todos a situação financeira débil da Câmara e que este representa um conjunto de receita muito importante. Questionou o Senhor Presidente da Câmara no sentido de saber se iriam continuar a apostar 50 % da recolha do IRS na formação e no apoio a desempregados. ----------

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Deputado Bruno Ferreira de Moura que não era preciso fazer um requerimento pois durante a reunião lhe iria entregar uma lista com a informação técnica da Dra. Carla Pereira, com os nomes de todas as pessoas que usufruíram destas formações. Salientou que o

compromisso assumido foi rigorosamente cumprido, estando neste momento dezoito pessoas em funções na Câmara Municipal e que dos cerca de 60.000 Euros recebidos do IRS, mais de metade foi utilizado para os programas ocupacionais. Garantiu que iriam manter o mesmo compromisso este ano com a verba do IRS. ----------

Não havendo mais pedidos de esclarecimentos relativamente a este ponto, o Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

2.5- Quarta Revisão ao Orçamento de 2010 ----------

Não havendo pedidos de esclarecimentos relativamente a este ponto, o Senhor Presidente da Mesa colocou esta proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

2.6- Orçamento e Mapa de Pessoal para 2011 e Plano Plurianual de Investimentos ----------

O Senhor Presidente da Câmara solicitou uma pequena apresentação técnica do documento pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Autarquia. ----------

Terminada a apresentação, o Deputado Luís Sabino de Moura usou da palavra e leu o seguinte texto: *«Atendendo a que a Câmara apresentou aqui nesta Assembleia Municipal, integrado no Orçamento, o Mapa de Pessoal, venho expor o seguinte. Por deliberação da Assembleia Municipal foi aprovado o novo modelo da estrutura orgânica municipal estipulando o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, antigas divisões, o número máximo de subunidades orgânicas, antigas secções, e o número máximo de equipas de projecto que deverão existir. Por seu lado, na Câmara Municipal foi aprovado criar seis divisões bem como o necessário regulamento orgânico. Sucede que ambas as deliberações, para ter eficácia jurídica, devem ser publicadas em Diário da Republica, o que parece não ter sucedido até à presente data. Em consequência, todos os despachos de manutenção e nomeação de chefias serão nulos por omissão das supra mencionadas*

deliberações. Acresce que relativamente aos dirigentes de terceiro grau é passível a sua criação tendo porém a Assembleia Municipal que determinar a seu número máximo o que também não sucedeu, sendo que relativamente ao mapa agora apresentado não pode o mesmo ser aprovado porquanto integra a criação de categorias que pelos motivos supra expostos são ilegais pelo que não houve a prévia aprovação pela Assembleia Municipal. Atentos aos argumentos expostos e uma vez que a reorganização dos serviços e respectivo Mapa de Pessoal influi directamente sobre o orçamento da Câmara Municipal, deverão ambos os documentos ser revistos dando-se cumprimento a todos os requisitos legais e posteriormente novamente serem submetidos a esta Assembleia Municipal até ao fim do ano corrente». -----

O Deputado Fernando Gomes usou da palavra no sentido de explicar que este orçamento carece de receita e entende que no orçamento não se fala em acção social. Considera este orçamento pobre por não ter estratégia para o desenvolvimento do Concelho. Afirmou que fez uma comparação com as despesas do ano passado e julga que as despesas com o pessoal não baixaram, não o preocupando o que ganham os funcionários, mas sim o que é gasto com o estado político. Perguntou se se devia fazer a contenção no IMI para pagar o estado político, a seu ver demasiado pesado. Chamou a atenção para o facto de a nova orgânica não estar no orçamento pelo que não é possível custear aquilo que vão aprovar. ----------

O Deputado Bruno Ferreira de Moura fez a sua intervenção no sentido de saber de que forma o novo quadro de pessoal irá interferir neste orçamento visto não terem a noção dos custos inerentes a ele. Entre outras questões, perguntou se a volta a Portugal estava implícita nalguma rubrica e se relativamente às refeições confeccionadas elas interferem ou não com as ajudas de custo, ou se isto interfere com a alimentação das pessoas que tem a cargo funções políticas, ou se se referem a outra coisa. ----------

O Deputado João Alarcão usou da palavra para salientar a dificuldade sentida pelos deputados na avaliação de um documento com esta

complexidade, sendo natural que tenham dificuldade para ver o que está ou não na documentação, mais ainda quando esta documentação lhes é entregue a meio da reunião. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se efectivamente a decisão relativa à aprovação do quadro orgânico aprovado em Executivo Camarário foi publicada em Diário da República. ----------

O Senhor Presidente usou da palavra para responder a algumas das questões colocadas. Relativamente às despesas com o staff político e com o pessoal informou que de facto tinha havido um aumento das despesas com o pessoal pelo facto de a Câmara Municipal ter feito uma opção gestionária, antes destas medidas da crise, que beneficiou 88 funcionários da Câmara, sobretudo funcionários que trabalham no exterior. Relativamente ao staff político, esclareceu que este era o permitido por lei, mais barato do que aquele que existia quando tomaram posse. Salientou que a estrutura orgânica definitiva não estava feita, pelo que era impossível saber quanto vai custar, até porque irá decorrer um procedimento concursal e só depois se saberá quanto custará. Mas garantiu que seguramente iria se mais barata do que a que existia, visto que anteriormente existiam cinco divisões e dois departamentos, passando agora a haver apenas seis divisões, sendo que se verifica uma redução substancial na estrutura orgânica. Relativamente às ajudas de custo do staff político, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que os custos são zero e que quando sai em representação da Câmara utiliza o seu próprio cartão sendo depois reembolsado. Concluiu que as refeições confeccionadas eram isso mesmo. Quanto à volta a Portugal, informou que a mesma se mantinha, no mesmo formato, mas com uma redução de 25%, tendo já uma adenda ao contrato que irá ser presente em reunião de Câmara. Acrescentou que a rubrica do contrato se mantinha enquanto não fosse alterada. Relativamente à questão jurídica levantada, solicitou que o Chefe da Divisão Jurídica prestasse os esclarecimentos solicitados. ----------

O Chefe da Divisão Jurídica informou que em relação ao Mapa de Pessoal, tinha sido publicada a deliberação da Assembleia em Setembro, sendo que a deliberação da Câmara se encontra efectivamente a aguardar a respectiva publicação. No entanto, referiu que não existe qualquer nexo entre uma deliberação e a outra e que o Mapa de Pessoal que está a ser apresentado é para vigorar a 1 de Janeiro de 2011, e que até lá, estará de certeza publicada a deliberação da Câmara no Diário da República ----------

Relativamente a esta matéria, o Deputado João Alarcão reconheceu que a opinião de muitos juristas é a de que é exigível a publicação da decisão do Executivo Camarário em Diário da Republica, sem a qual não pode ter efeito, sendo nula. Fica uma dúvida: porque razão a decisão saiu hoje em Diário da Republica. Terminou dizendo que lhe parecia que não se poderiam pronunciar em consciência sobre um documento entregue a meio da reunião. ----------

O Deputado Fernando Gomes referiu que não era contra o salário dos funcionários, pois este é de Lei, ficando contente por eles ganharem mais, mas afirmou que o que o Senhor Presidente não conseguiu provar ele provava pois tinha na sua posse os orçamentos anteriores e provou que neste orçamento o valor do staff político aumentou mais do que nos mandatos anteriores. --------

A Deputada Aurora Peixoto e Pereira deixou uma sugestão ao nível dos objectivos citados na gestão autárquica no sentido de que no próximo ano o emprego constasse do orçamento, canalizando-se esse dinheiro para a fixação de jovens que passa pela criação de emprego. ----------

Não havendo mais intervenções relativamente a este ponto, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a substituição do Mapa de Pessoal que foi aprovada com dezasseis votos a favor, tendo tido sete abstenções. ----------

De seguida procedeu-se à votação do Orçamento e Mapa de Pessoal para 2011 e Plano Plurianual de Investimentos, tendo sido aprovado com catorze votos a favor, quatro abstenções e cinco votos contra. ----------

O Deputado Fernando Gomes fez uma declaração de voto no sentido de dizer que a sua abstenção no Mapa de Pessoal vai no sentido de que não havendo publicação em Diário da República da decisão da Câmara, essa publicação que sai hoje cai, é nula e isto irá implicar o mesmo no orçamento uma vez que os custos com a orgânica não são reais, não sabendo se as divisões vão ser as mesmas em 2011 e não acreditando que a Autarquia não possa já calcular esses cálculos. ----------

O Deputado Mabílio Ribeiro Peixoto fez a sua declaração de voto dizendo que a sua abstenção vai no sentido de algum descontentamento da sua parte pelo seguinte: no orçamento anterior terá falado nas necessidades do cemitério de Campanhó, na pintura da estrada de Campanhó, na necessidade das barreiras de protecção nos sítios mais críticos e passado, um ano, no meio de um novo orçamento, nada aconteceu. ----------

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que relativamente à questão de Campanhó, mais concretamente em relação à pintura da estrada, não foi possível encontrar uma empresa que se disponibilizasse para pintar a estrada, tendo a Câmara feito vários contactos nesse sentido. Quanto à estrutura orgânica reafirmou que neste momento não era possível calcular por se desconhecer quem iria ocupar os lugares e pelo facto de o procedimento concursal ainda não se ter iniciado. ----------

2.7- Regulamento Municipal da Loja Social de Mondim de Basto --------

A Deputada Maria Manuel Ferreira Martins congratulou-se com a criação desta Loja Social de Mondim de Basto tendo conhecimento de algumas Câmaras onde estas lojas funcionam. Espera que o funcionamento da loja se paute pelo cumprimento do Regulamento da Loja. Lembrou que é fundamental para o bom funcionamento dum serviço deste género que seja devidamente publicitado para as pessoas que queiram participar. Terminou

desejando as melhores felicidades para este projecto, esperando que funcione o melhor possível. ----------

A Deputada Aurora Peixoto e Pereira Perguntou se, para além do Banco do Voluntariado de Mondim de Basto, estavam pensadas outras parcerias para este projecto. Deixou a sua opinião no sentido de se ter cuidado com esta proposta por poder-se confundir propaganda política com solidariedade porque nem ela, nem com certeza este Executivo, querem isso. A seu ver, uma loja social deve partir de uma entidade que não esteja directamente ligada à política e que realmente se corre o risco de confundir as acções com as intenções. ----------

O Deputado Artur Jorge Silva Miguel deu os parabéns pela iniciativa, mais que não seja no sentido de tomar como assente que o Executivo está preocupado com estas medidas. Pensa que este Executivo deve ir mais além arranjando outras formas para o alargamento deste serviço social, utilizando as IPSS's. Afirmou que tinha conhecimento que este Executivo só não foi mais longe porque algumas das acções foram reprovadas por alguns elementos da Autarquia, esperando que, no futuro, todas as iniciativas que eventualmente possam vir a aparecer sejam aceites por todos, independentemente da cor partidária pois as questões sociais não devem ser postas em causa. ----------

O Deputado Fernando Gomes aproveitou para relembrar o Executivo da Câmara e chamar à atenção para o seguinte: pediu que deixassem a Junta de Freguesia de Mondim fazer as suas acções sociais, não fazendo comparações nem confrontações ao Senhor Vereador Lúcio Machado dizendo que ele não é coerente. As decisões da Junta não confrontam com as decisões da Câmara Municipal pelo que agradece que o Executivo continue a fazer o seu serviço social e não confronte o Engenheiro Lúcio Machado e deixe a Junta de Freguesia de Mondim de Basto trabalhar. ----------

Não havendo mais intervenções relativamente a esta questão, o Presidente da Mesa colocou o Regulamento Municipal da Loja Social de Mondim de Basto à votação, tendo sido aprovado com vinte votos a favor, dois votos contra e uma abstenção. ----------

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para manifestar que não tem confrontado os Senhores Vereadores mas que não lhe podiam levar a mal por fazer comparações. Referiu que não tinha nada contra as iniciativas das Juntas de Freguesias. ----------

O Deputado João Alarcão fez um voto em defesa da honra referindo que por uma questão de coerência não podem ser introduzidas considerações políticas e que o facto do Senhor Vereador Lúcio Machado se ter oposto a uma iniciativa pelo facto de não compreender como é que se realiza um almoço para setecentas pessoas por quinhentos euros, sendo lógico que possa ter duvidado da possibilidade deste ser concretizado. Considera que o que o motivou não foi certamente por ser diferente de qualquer um de nós no que nos aproxima dos carenciados e dos idosos. ----------

2.8- Comissão de Comemoração do V Centenário da Concessão do Foral de Mondim ----------

Como acordado na reunião de Assembleia anterior procedeu-se à nomeação da Comissão Tripartida para a Comemoração do V Centenário da Concessão do Foral de Mondim, tendo sido designados os seguintes elementos:

PSD – Maria Altina da Costa Carvalho

PS – Maria Fernanda Lemos Cunha

CDS/PP – João Alarcão

2.9- Informação do Executivo ----------

O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção reconhecendo que provavelmente se tinha excedido, apresentando as suas desculpas pelos reparos que fez aos Senhores Vereadores. Relativamente à informação do

Executivo, apenas acrescentou três aspectos que não vinham referidos. O primeiro diz respeito à divulgação da abertura da cantina durante o período de férias escolares. O segundo diz respeito à disponibilização de um computador por cada jardim-de-infância. Por fim referiu o funcionamento de um curso realizado em Atei, que conta com a participação de quinze formandos. Acrescentou que no âmbito da Protecção Civil, a Câmara estava a colaborar com as Juntas de Freguesias através da colocação de um depósito de sal por freguesia e respectivo distribuidor para resolver os problemas em casos de emergência (neve, gelo, ...). ----------

De seguida a Senhora Vereadora Teresa Rabiço usou da palavra para dar algumas explicações sobre a Loja Social. Referiu que a Loja estava a dar os primeiros passos e que estava aberta a todas as parcerias e a tudo o que for bom para o funcionamento da Loja. Referiu que a Loja tem um espírito social e que será gerido pelo Gabinete de Acção Social da Câmara, sendo feito no maior rigor e na maior discrição. Este projecto irá nascer conjuntamente com o Banco do Voluntariado, já tendo sido realizada uma formação para trinta voluntários, estando abertas as inscrições para quem se quiser voluntariar. -----

O Deputado Fernando Avelino Silva colocou novamente a questão levantada na ordem do dia sobre a questão do ruído que se sente principalmente na Avenida, perguntando ao Executivo se estava prevista uma solução para aquele problema. ----------

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que relativamente a essa questão este era já um problema que se arrastava há vários anos, tendo já falado com a GNR , informalmente, com o dono do bar. Referiu que neste momento não tinha solução para o problema, problema que não é fácil, mas que estava receptivo a sugestões de resolução viáveis. ----------

O Deputado Fernando Gomes terminou dizendo que gostaria de ver algumas das suas preocupações relativas à Junta de Freguesia de Mondim na

próxima informação do Executivo. Chamou a atenção para o problema de água do lugar de estacionamento do Restaurante Casa do Lago, tendo ficado espantado pelo facto de ninguém da Câmara Municipal ter acompanhado os trabalhos que se estavam lá a realizar pelo empreiteiro da Estradas de Portugal, situação que poderia ter sido resolvida. Por fim, lamentou, mais uma vez, o facto da coincidência de uma actividade da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, referindo-se ao passeio micológico. Relembrou que a Junta de Freguesia tem um Plano Anual de Actividades. ----------

2.10- Intervenção do Público ----------

O Senhor José Sousa usou da palavra para colocar uma questão relacionada com o Centro de Saúde de Mondim de Basto e com um artigo no jornal que referia que o centro de saúde seria integrado na área mais abrangente que é a de Braga, sendo que o atendimento dos utentes de Mondim de Basto seria feito em Fafe e as urgências em Guimarães. Outra questão por ele levantada prende-se com o facto de se pôr em questão uma funcionária que, pelo facto de ser destituída, se consta que irá ter direito a uma indemnização. Solicitou esclarecimentos sobre esta questão uma vez que o dinheiro é do erário público. Para terminar perguntou em que moldes se iria realizar o «negócio» do Valinho e qual a forma que a Câmara vai utilizar para resolver esse «negócio». ----------

O Senhor Presidente da Câmara explicou que relativamente à destituição da funcionária existe uma lei que tem de ser cumprida, desconhecendo os valores envolvidos mas sabe que a lei prevê que as pessoas que exerçam determinado cargo a partir do momento em que são exoneradas ou não levam as comissões de serviço até ao fim são indemnizadas. Relativamente à questão do Centro de Saúde, referiu que também ele tinha visto o artigo mas explicou que o centro de saúde Mondim está englobado no Centro de Saúde do Ave apenas para efeitos de gestão, ou seja, até agora cada centro de saúde tinha uma gestão

autónoma, tendo agora sido agrupada e havendo apenas um director, mas que a gestão dos três centros de saúde não tem a ver com os hospitais de referência: cada município está ligado a um hospital de referência mas, mediante o que lhe foi transmitido, as pessoas poderão escolher ou o de Guimarães ou o de Vila Real, sendo sempre atendido independentemente do Concelho de residência. Quanto ao «negócio» do Valinho referiu que o termo encerra já um conceito estranho mas referiu que existia um interesse público porque a Autarquia tem um projecto que atravessa terrenos de proprietários, pelo que está a ser estudada a forma como a Câmara irá resolver a situação. ---

O Senhor José Sousa perguntou se o hospital de referência será o de Vila Real ou se está a hipótese na mesa de se pertencer a outro centro hospitalar, sabendo que em Fafe está a ser construído um novo hospital e outro em Amarante, parecendo-lhe que este seria melhor para os utentes de Mondim de Basto. ----------

Encerramento da Reunião ----------

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida na sessão de 25 de Fevereiro, por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e Primeiro Secretário que a redigiu. ----------